

ATA NÚMERO 48/XV/1.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2023, pelas 11:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição conjunta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), por [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o subfinanciamento das Instituições de Ensino Superior e o incumprimento do Contrato de Legislatura

3. Aprovação de atas

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projeto de lei – generalidade

- [Projeto de Lei n.º 781/XV/1.ª \(L\)](#) – Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica.

ii. Projeto de resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 702/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Pelo levantamento e remoção de todo o amianto presente nos estabelecimentos de ensino

- [Projeto de Resolução n.º 706/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo a realização prioritária de obras de requalificação na Escola Básica Sebastião da Gama, em Estremoz
- 4.2. Relatório da audição no Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens
- 4.3. Informações da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares
- 4.4. Audição pública sobre a descentralização das competências na educação
- 4.5. Conferência «Uma política para a infância»

5. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- [Petição n.º 143/XV/1.ª](#) – Pela cessação do Projeto MAIA

6. Apreciação e votação do Plano de atividades do Grupo Trabalho para a avaliação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

8. Outros assuntos

9. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O GP do PSD solicitou o adiamento do ponto 7 da Ordem do Dia.

A proposta de Ordem do Dia, com a alteração acima referida, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, verificando-se a ausência da IL e do BE.

2. Audição conjunta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), por [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o subfinanciamento das Instituições de Ensino Superior e o incumprimento do Contrato de Legislatura

Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos representantes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), recordando a grelha de tempos da audição e, de seguida, deu a palavra ao Deputado Alexandre Poço (PSD) para apresentar o requerimento apresentado pelo seu grupo parlamentar:

O Deputado Alexandre Poço (PSD) referiu o seguinte, em síntese:

1. Explicou que o requerimento apresentado pelo GP do PSD surge na sequência de declarações do Senhor Presidente do CRUP que no passado mês de abril solicitou um aumento extraordinário do financiamento para o presente ano;
2. Pretendem saber quais são as principais dificuldades financeiras que as instituições enfrentam no ano letivo de 2023, no contexto de aumento dos custos de vida e das recentes medidas aprovadas de aumento de salários na função pública, manifestando preocupação com as condições em que decorre o exercício académico, em particular para os estudantes com maiores dificuldades socioeconómicas aos quais a ação social terá de responder;
3. A Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior referiu anunciar em breve o valor a disponibilizar para responder a este pedido adicional de verbas e de financiamento para o ensino superior, assim questionou se esse valor está a ser discutido com as instituições de ensino superior e se têm informações acerca da promessa de que até ao final deste mês haverá novidades sobre o mesmo;

4. Questionou se o CRUP e o CCISP têm participado na discussão sobre a revisão do modelo de financiamento do ensino superior, se concordam que este seja alterado e, em caso afirmativo em que termos deverá ser alterado, uma vez que o atual modelo não tem, muitas vezes, sido cumprido e algumas instituições consideram-se lesadas decorrente da fórmula de financiamento não ser ajustada;
5. Inquiriu se o CRUP e o CCISP considerarem apostar em novas fontes de financiamento tendo em conta os desafios que enfrentam, nomeadamente, o envelhecimento do corpo docente, a retenção de talento, as necessidades de internacionalização, a diversificação dos públicos, o baixo financiamento, os custos suportados pelas famílias, as questões relacionadas com a saúde mental, com a necessidade de dar resposta ao nível do alojamento, entre outras;

Os representantes do CRUP referiram o seguinte, em síntese:

1. Apesar do quadro de restrições financeiras, e com o aumento do número de estudantes do ensino superior (acima dos 10%) nos últimos 10/12 anos, as universidades têm conseguido cumprir com a sua missão e até têm conseguido alguns sucessos nomeadamente, no que respeita à internacionalização, ao alargamento dos seus públicos, com apostas significativas em cursos não conferentes de grau e com o aumento de financiamento em investigação, sobretudo no âmbito de programas europeus, afirmando a sua capacidade e qualidade;
2. Os contratos de legislatura, com maior ou menor dificuldade foram sendo concretizados, e trouxeram alguma estabilidade e previsibilidade nas dotações orçamentais para as instituições uma vez que contemplavam um aumento anual regular de 2% (exceto se o valor da inflação fosse superior, nesse caso o valor seria igual ao da inflação) e previam que qualquer alteração legislativa que tivesse impacto quer na redução das receitas, quer no aumento de encargos seria coberta com reforços orçamentais;
3. Porém, no ano anterior e no atual os contextos alteraram-se, fruto fundamentalmente da inflação e dos impactos decorrentes das alterações legislativas que tiveram lugar (valorizações remuneratórias, aumento do salário mínimo nacional, peso significativo da ação social em algumas instituições, etc.), e, por isso, é necessário que estes impactos sejam adequadamente contemplados e o

- Ministério comprometeu-se em, até ao final deste mês, haver uma decisão que vise a recuperação das perdas reais que as instituições têm vindo a sofrer;
4. Os custos com energia o ano passado aumentaram muito significativamente e houve um exercício de compensação desses aumentos, já a inflação no ano passado foi de 7,8%, não tendo sido esse o valor atribuído às universidades, por outro lado as alterações legislativas que saúdam, não tiveram um correspondente reforço;
 5. Nunca esteve em causa o pagamento dos salários aos trabalhadores mas as alterações legislativas produzidas representam para as universidades públicas portuguesas entre os 135 e os 137 milhões de euros, assim não existem verbas para resolver problemas, nomeadamente, investir no rejuvenescimento do corpo docente, maior qualidade da resposta dos serviços de ação social, etc., podendo até colocar em causa a construção de alguns alojamentos, pois o Plano de Recuperação e Resiliência português (PRR) não cobre a totalidade destes investimentos;
 6. O governo comprometeu-se a adotar uma nova fórmula já para 2024 pois ao longo destes anos a aplicação da fórmula foi sendo abandonada e isso traduziu-se em penalizações graves para as instituições e, por isso, é preciso chegar a uma nova fórmula que seja reconhecível, entendível, operacionalizável e auditável e na reunião que tiveram com a Ministra foram apresentados os termos de referência para a mesma, e o CRUP irá, em breve, apresentar os seus comentários;

Os representantes do CCISP, referiram o seguinte, em síntese:

1. As preocupações do CCISP são idênticas às preocupações do sistema universitário;
2. Congratulam-se com os resultados alcançados pelos politécnicos ao longo dos anos, no cumprimento da sua missão, na formação dos jovens e adultos, e na penetração no território, nomeadamente nas regiões de menor densidade, criando valor, dinamizando e promovendo o crescimento económico dessas regiões;
3. Saudaram o contrato de legislatura, que apesar das suas limitações permitiu uma gestão com alguma previsibilidade e estabilidade, mas se nos primeiros anos o aumento anual de 2% foi cumprido, tal não aconteceu no último ano;
4. Na reunião com a Ministra explicaram que só o aumento dos salários implicou um acréscimo de cerca de 16 milhões de euros, referindo ainda os 5% que entendem faltar no orçamento, o que daria um valor total de cerca de 32 milhões de euros, por outro lado o reforço para fazer face ao aumento dos custos com a energia no ano transato não cobriu os custos de energia, ficando cerca de 5 milhões por ressarcir,

- ao que crescem as despesas que os politécnicos incorreram em anos anteriores por força da pandemia e que o Ministério se comprometeu em ressarcir;
5. Defendem um aumento do valor do orçamento do Estado (OE) para as instituições de ensino superior pois só em custos com o pessoal são cerca de 30 milhões que se vão repercutir sempre;
 6. Na reunião do CCISP e do CRUP com o Ministério foram apresentadas as linhas gerais da discussão sobre o financiamento das instituições de ensino superior, uma vez que a atual fórmula, que desde 2009 nem tem sido utilizada, não serve o sistema pois os pressupostos em assenta estão desatualizados. A discussão está numa fase muito inicial, para já só existe a ideia de que o novo modelo será misto entre um financiamento atribuído mediante uma fórmula e contratos programa;
 7. Desejam uma ampla participação do CSISP na definição da nova fórmula, consideram que as instituições de ensino superior devem diversificar as suas fontes de financiamento e têm feito este esforço, mas consideram fundamental um reforço do financiamento do ensino superior;
 8. Estão também preocupados com a capacidade de execução orçamental, existem muitos financiamentos em curso, nomeadamente no âmbito do PRR, mas não estão a conseguir fazer os cabimentos necessários para executarem as obras;
 9. As instituições são impulsionadoras do desenvolvimento do país e a aposta no ensino superior é uma garantia das necessidades do país. As metas estão traçadas, mas é necessário reforçar as instituições de ensino superior e refletir sobre qual deve ser o contributo público para a aposta na qualificação;
 10. As instituições de ensino superior têm ultrapassado o seu subfinanciamento precarizando o emprego (contratando docentes a tempo parcial) e deixando de realizar investimentos;
 11. Defendem que o subfinanciamento estrutural do ensino Politécnico através da desvalorização dos índices de custo tem de ser corrigido e que o novo modelo de financiamento tem que ter em conta as diferentes missões das instituições, em particular aquela que regionalmente as instituições de ensino superior desempenham, nomeadamente na reversão demográfica e na atração de pessoas a nível internacional e de emprego;
 12. Chamaram também à atenção para a questão dos cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP) não serem financiados por via do OE, assim, as instituições

têm que assegurar o seu financiamento, que por norma tarda, e, assim, algumas instituições ficam estranguladas por falta de orçamento;

13. É importante que este reforço no OE seja entendido como uma atualização do orçamento que responda à continuidade do funcionamento das instituições.

Intervieram depois os Senhores Deputados Rosa Venâncio (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL), Manuel Loff (PCP) e Alexandre Poço (PSD) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do CRUP referiram o seguinte, em síntese:

1. Não estão em causa as medidas legislativas que o governo tomou, que saúdam, a questão é que estas medidas irão representar um acréscimo permanente, e por isso o valor que indicaram é o valor necessário para voltar aos valores de 2021;
2. Explicaram que há muito que as universidades não vivem apenas do OE, este representa muitas vezes apenas metade, ou até menos, do orçamento das universidades, só na Universidade de Lisboa o OE situa-se nos cerca de 220 milhões de euros, mas em salários são gastos 275 milhões de euros, assim continuarão a fazer uma procura ativa de financiamento exterior, mas este não resolve o problema fundamental, um financiamento adequado proveniente do OE;
3. Esta equipa ministerial tem demonstrado grande abertura para a discussão sobre estes problemas e, por isso, esperam medidas que permitam a resolução, pelo menos parcial, de alguns dos graves problemas que se colocam;
4. As universidades são capazes de autorregulação, têm mecanismos internos que lhes permite garantir a qualidade do seu desempenho e, até por força das relações internacionais muito consolidadas no quadro das alianças europeias, são obrigadas a monitorizar em permanência o seu desempenho. Há sempre espaço para melhoria, mas sabem para onde querem avançar porque assumiram uma determinada missão;
5. Modelo de financiamento e fórmula de financiamento são questões distintas, aquilo que se está a discutir neste momento é a fórmula, que tem que ver com o financiamento do Estado às instituições de ensino superior e esta foi insensível às transformações que ocorreram nas instituições, gerando situações de iniquidade e, por isso, foi muito importante o reconhecimento deste desequilíbrio;

6. Na definição de uma fórmula com as características desejáveis (simples, manejável, reconhecível e auditável), são necessários determinados dados (número de alunos, custos por área de formação, de desempenho, etc.) e, em alguns casos, a identificação de quais os dados necessários e a obtenção dos mesmos pode demorar tempo e, por isso, creem, está a ser consensualizada uma aplicação gradual da fórmula, mas a expectativa é que ela seja operacionalizada já este ano ainda que não em toda a sua extensão;
7. Será um exercício trabalhoso, mas pelo menos introduz um elemento de confiança que hoje não existe em relação à atribuição do financiamento;
8. Julgam ser necessário uma espécie de contrato social em torno do ensino superior em Portugal, consideram que as matérias do ensino superior não estão tão presentes quanto deveriam estar na agenda política;
9. Saber o que o país quer das suas universidades é uma pergunta para a qual a resposta não é muito óbvia para as instituições, as questões do financiamento são um indicador mas há outros, há questões críticas, nomeadamente o reequipamento científico, na medida em que a maior parte da investigação científica conduzida no país é feita no quadro das universidades e das suas unidades de investigação e em certas áreas o reequipamento científico é essencial para não se perder a competitividade internacional, e, por outro lado, as universidades desinvestiram no seu edificado e não existe nenhum programa que permita acorrer às necessidades existentes a não ser aquilo que resulta de receitas próprias mas estas estão em larga medida a ser canalizadas para o pagamento de salários;
10. No caso da Universidade do Minho as transferências do OE cobrem cerca de 63% dos encargos permanentes da universidade com os seus recursos humanos, os restantes resultam da capacidade de arrecadação das universidades, sem esta a situação seria insustentável, mas esta capacidade é limitada e está muito dependente da vitalidade da economia;
11. É fundamental que se promova o alargamento da base social de apoio do ensino superior, é preciso construir plataformas sólidas em torno desta matéria para não deixar as instituições permanentemente sujeitas aos circunstancialismos dos ciclos económicos, políticos etc.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do CCISP referiram o seguinte, em síntese:

1. A fórmula atual não acompanhou o crescimento das instituições e as que mais cresceram foram as mais penalizadas, uma vez que o financiamento foi feito com base no histórico, e por isso foi importante que o Ministério tenha dado um sinal no sentido da correção esta situação;
2. A fórmula que vier a ser discutida e aprovada deverá ser transparente e permitir uma resposta mais eficaz às necessidades das famílias, das empresas, pois na maior parte das instituições o orçamento não cobre os salários;
3. Muitas das reflexões apresentadas aqui sobre a missão das instituições do ensino superior, se deve ou não haver diferenciação, a relação destas missões com a sustentabilidade financeira estão a ser também discutidas no âmbito da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e essa discussão não pode ser dissociada do financiamento que vier a dar suporte ao que ficará vertido no RJIES;
4. A fórmula que vier a ser aplicada em 2024 não será ainda uma fórmula plena, mas será já uma aproximação e quem sabe até um teste;
5. Têm feito um grande esforço na diversificação de fontes de financiamento, mas em muitas instituições as propinas representam uma grande percentagem das suas receitas próprias e nos últimos anos o número de alunos aumentou, porém não podem aumentar o valor das mesmas;
6. Estão preocupados com o modelo de acesso ao ensino superior, previsto a partir de 2025, pois não querem limitar o número de alunos até porque é preciso cumprir com as metas assumidas pelo País;
7. Vão criar residências e aumentar o número de camas, para poderem responder de forma mais eficaz às famílias e aos estudantes que se deslocam, mas é preciso prever valores para a manutenção destas residências;
8. O modelo de financiamento gera desequilíbrios no sistema e há que o corrigir, mas só isso por si não resolve o problema, os desequilíbrios resultam de o sistema ter crescido mais do que o financiamento, mas não se pode adotar uma fórmula que retire dinheiro a determinadas instituições para o colocar em outras, é necessário colocar mais dinheiro no sistema em termos globais;
9. A contratação de professores a tempo parcial cria tensões e coloca em perigo a acreditação de cursos;

10. Se se pretende que as instituições sejam mais dinâmicas na procura de financiamento é preciso reforçar a sua autonomia e esta questão deverá ser debatida no âmbito da revisão do RJIES;
11. Por fim aludiram também à dificuldade em reter profissionais pela pouca atratividade da administração pública e ao envelhecimento do corpo docente, situação que agravada pela dificuldade em se preparar atempadamente a renovação do mesmo uma vez que só depois das pessoas se aposentarem é que é possível abrir concurso.

A gravação da audição e documentação complementar estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de 16 de maio de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP, verificando-se a ausência da IL e do BE.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

O Senhor Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão, no dia 18/05/2023, para apreciação na generalidade, o [Projeto de Lei n.º 781/XV/1.ª \(L\)](#) – *Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica*, e que o mesmo se encontra agendado para Plenário para o próximo dia 02/06, tendo o Grupo Parlamentar do CH indicado como Relator do parecer o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

O Senhor Presidente da Comissão informou também que que tinha baixado no dia 18/05/2023 à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 702/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Pelo levantamento e remoção de todo o amianto presente nos estabelecimentos de ensino*, e que o PAN já havia informado que pretendia a sua discussão no Plenário.

Por último, o Senhor Presidente informou que, no dia 23/05/2023, tinha baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 706/XV/1.ª \(PSD\)](#) – *Recomenda ao Governo a realização prioritária de obras de requalificação na Escola Básica Sebastião da Gama, em Estremoz*, e que o Grupo Parlamentar do PSD já havia informado que pretendia a sua discussão no Plenário.

4.2. O relatório da audição feita pelo Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens – à Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), realizada em 10/05/2023, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

4.3. O Senhor Presidente transmitiu algumas notas sobre a Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares informando que a Comissão de Educação e Ciência não tem qualquer iniciativa legislativa pendente congratulando os Senhores Deputados pelo trabalho desenvolvido nesse sentido.

Relativamente à questão do funcionamento e disciplina das Comissões Parlamentares foi transmitido que já existem os instrumentos necessários para garantir o funcionamento normal das Comissões.

Informou ainda que a questão do quórum das Comissões Parlamentares é um problema em certas Comissões e que a situação será analisada porque, por vezes, há Comissões que não têm quórum de funcionamento, especialmente para os Deputados de Partidos com menos representatividade que não conseguem estar em várias Comissões ao mesmo tempo.

Por último, transmitiu que foi também abordada a questão das Perguntas ao Governo em relação à situação das várias Resoluções e como é que as várias Comissões lidam com isso e que existe uma decisão, já de há alguns anos, em que, uma vez por ano, o Senhor Presidente da Assembleia da República (PAR) faria uma pergunta ao Governo a solicitar o ponto de situação e que algumas Comissões já teriam adotado uma estratégia mais interventiva ao efetuarem perguntas de 2 em 2 ou de 3 em 3 meses.

Na Comissão de Educação e Ciência foi recebido um pedido de esclarecimento de uma cidadã quanto à [Resolução da Assembleia da República n.º 145/2021 – Recomenda ao Governo a clarificação da equivalência, para fins profissionais, entre antigos bacharelatos e licenciaturas pós-Bolonha](#), que já foi reiterado, e o Senhor Presidente entende que faria algum sentido pensar em como tentar acelerar esta decisão final sobre o reconhecimento dos graus.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) transmitiu que o seu grupo parlamentar tomou a iniciativa de enviar uma Pergunta ao Governo para saber qual o ponto de situação da resolução acima referida, mas que tal não obsta que o ponto de situação que o Senhor Presidente referiu, que até do ponto de vista do escrutínio é interessante, e mesmo já sendo realizado um ponto de situação, pudesse dilatar menos no tempo e ser uma solução.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) informou que de acordo com as informações que dispõe, a maioria das Comissões utiliza o procedimento que a Comissão tem utilizado que é o de seguir o levantamento anual solicitado pela Assembleia da República do cumprimento dos projetos de resolução por parte do Governo. E, por isso, não encontra motivo para alterar o entendimento da passada reunião e o que a Senhora Deputada Carla Castro (IL) evidencia é apenas uma abordagem procedimental do entendimento de como melhor agilizar estes processos não inibindo qualquer iniciativa dos diferentes partidos e, assim, pelo menos até ao final desta Sessão Legislativa, deve-se manter o procedimento, mais tarde poder-se-á equacionar se existe ou não outro modelo a seguir.

O Senhor Presidente referiu que há assuntos em que faz mais sentido serem os Grupos Parlamentares a questionarem o Governo sobre determinadas questões, e assim a iniciativa que a IL tomou parece uma forma razoável de o fazer e não sendo necessário a Comissão tomar uma atitude adicional.

4.4. O Senhor Presidente lembrou que está programada a realização da Audição Pública sobre a descentralização das competências na educação, no dia 4 de julho, às 15 horas, na Sala do Senado, prevista no Plano de Atividades da Comissão e que seria

importante que os diferentes Grupos Parlamentares indicassem, o mais rápido possível, quais as entidades que pretendem que sejam ouvidas na mesma.

4.5. O Senhor Presidente agradeceu ao grupo dos cinco Senhores Deputados que ajudaram na organização da Conferência «Uma política para a infância» que terá lugar no dia 30 de maio, às 15 horas, na Sala do Senado e informou que o Programa atualizado tinha sido distribuído.

5. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

Na apreciação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 143/XV/1.^a](#) – *Pela cessação do Projeto MAIA*, interveio o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) explicando que existia margem para um indeferimento liminar desta Petição, uma vez que esta é uma competência exclusiva do Governo tal como refere a Nota de Admissibilidade, no entanto, o entendimento do GP do PS é o de que tentarão, sempre que possível, garantir que as petições possam ser discutidas, o que vai no seguimento de uma leitura o mais abrangente possível, reforçando que esta Petição está numa ténue linha da sua admissibilidade que é importante reforçar.

Foi assim deliberada por unanimidade dos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, registando-se a ausência do BE, a admissão da [Petição n.º 143/XV/1.^a](#) – *Pela cessação do Projeto MAIA*, apresentada por Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício, com 13 166 assinaturas.

6. Apreciação e votação do Plano de atividades do Grupo Trabalho para a avaliação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

Não tendo havido pedidos de intervenção o Plano de Atividades foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

Ponto adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

8. Outros assuntos

O Senhor Presidente lembrou o pedido da Fundação Belmiro de Azevedo, através do EDULOG – Think Tank para a Educação – para efetuar a apresentação de um estudo na Assembleia da República e que ainda que nenhum grupo parlamentar se ter oposto, tinha sido deliberado efetuar a apresentação numa audiência em Comissão. Informou que o EDULOG tem insistido com o Gabinete do PAR assim caso os Senhores Deputados estivessem de acordo iria reunir com a Assessora do PAR para perceber qual o formato mais desejável.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) sugeriu que, a realizar-se no formato de audiência poderia a mesma ser realizada, por exemplo, no Auditório para conferir outra dignidade.

O Senhor Presidente lembrou que outra questão suscitada na altura da apreciação do pedido foi a questão das poucas datas disponíveis devido aos vários eventos já agendados na Comissão.

O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) referiu que a posição do seu grupo parlamentar é a de que ou todas as entidades podem fazer ou não o devem fazer e que as Conferências realizadas no âmbito da Comissão de Educação e Ciência na Assembleia da República devem ser da iniciativa da Comissão.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) subscreve o que o seu grupo parlamentar propôs aquando da discussão na reunião, solicitando que o Senhor Presidente possa transmitir o posicionamento que os diferentes grupos parlamentares expressaram, da forma mais alargada e plural possível.

9. Data das próximas reuniões

O Senhor Presidente informou que no dia 30 de maio de 2023, às 14h30 terá lugar a Conferência *Uma política para a infância*.

Informou ainda que estão agendadas visitas do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens no dia 31 de maio de 2023, ao [Agrupamento de Escolas Templários](#), em Tomar e no dia 6 de junho de 2023 ao [Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve](#), na Covilhã.

Por último, deu nota que a próxima reunião da Comissão seria no dia 7 de junho de 2023, com audiência à plataforma Universidade Comum, para apresentação da mesma e do documento «Sobre a normalização de abusos e desigualdades, a precariedade e o modelo piramidal da Universidade portuguesa».

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) saudando a iniciativa e o dinamismo do Grupo de Trabalho apelou para que as iniciativas dos grupos de trabalho tentassem não colidir com um Plenário ou com o próprio plenário da Comissão, pois se as sobreposições são geríveis da parte de um Grupo Parlamentar com a dimensão do GP do Partido Socialista mas poderá ser problemático quando aplicável a Grupos Parlamentares com menor representatividade.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) salientou que quando foi agendada a visita do GT no dia 6 de junho não estava agendada reunião plenária.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13h27, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)

Alexandre Quintanilha (PS)

Catarina Lobo (PS)

Eduardo Alves (PS)

Lúcia Araújo Da Silva (PS)

Porfírio Silva (PS)

Rosa Venâncio (PS)

Tiago Estevão Martins (PS)

António Cunha (PSD)

Cláudia André (PSD)

Germana Rocha (PSD)

Inês Barroso (PSD)

Maria Emília Apolinário (PSD)

Sónia Ramos (PSD)

Gabriel Mithá Ribeiro (CH)

Carla Castro (IL)

Manuel Loff (PCP)

Bárbara Dias (PS)

Maria João Castro (PS)

Rosário Gambôa (PS)

Alexandre Poço (PSD)

Carla Madureira (PSD)

Dinis Ramos (PSD)

Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes (PSD)

Rui Cruz (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)

Bruno Aragão (PS)

Fernando José (PS)

Palmira Maciel (PS)

Joana Mortágua (BE)